



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1626643 - SP (2019/0359912-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

ADVOGADOS : FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES E OUTRO(S) - MG076696

FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - MG109730

AGRAVANTE : GABRIEL RODRIGUES DE ALCANTARA SILVA

ADVOGADOS : RENATA VILHENA SILVA - SP147954

RAFAEL ROBBA E OUTRO(S) - SP274389

AGRAVADO : OS MESMOS

AGRAVADO : CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL

ADVOGADOS : MARCIO ANTONIO EBRAM VILELA - SP112922

MARIO ARTHUR AZUAGA MORAES BUENO E OUTRO(S) - SP135628

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE.

1. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.

2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.

3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.

4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 16/09/2019.

Concluso ao gabinete em: 17/03/2020.

Ação: cominatória ajuizada por GABRIEL RODRIGUES DE ALCANTARA SILVA em face da agravante e de CENTRAL NACIONAL UNIMED -

COOPERATIVA CENTRAL visando a cobertura de tratamento oncológico realizado no Hospital Sírio Libanês.

Sentença: julgou parcialmente procedente a demanda para condenar as agravadas a autorizarem o tratamento do autor no Hospital Sírio Libanês, condenar a UNIMED BH a custear as despesas médicas, a exceção de honorários de médico não credenciado, cujo reembolso deverá ser realizado na forma do contrato.

Acórdão: negou provimento aos recursos de ambas as partes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. DIALETICIDADE. Ocorrência. Razões recursais que impugnam especificamente os fundamentos do decisorio vergastado. CERCEAMENTO DE DEFESA. Inocorrência. Desnecessidade de produção de outras provas. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. Diagnóstico de neoplasia rara. Recomendação de tratamento com Pazopanibe (Votrient). Recusa de cobertura sob o argumento de que se trata de uso off label. Descabimento. Medicação aprovada pela ANVISA. Casuística que não se subsume à tese firmada pelo C. STJ sob o rito dos recursos repetitivos. Abusividade caracterizada. COBERTURA DE DESPESAS HOSPITALARES. Tratamento realizado em hospital da rede credenciada da Central Nacional Unimed, que se trata do mesmo grupo econômico da Unimed BH. Relação consumerista. Internação eletiva e demais serviços utilizados que estão previstos dentre os serviços a serem prestados, com exceção dos honorários médicos. Sentença mantida. HONORÁRIOS RECURSAIS. Cabimento. RECURSOS DESPROVIDOS.

Embargos de Declaração: opostos pelo agravado, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 884 do CC, 54, §4º do CDC e 8º e 35 da Lei 9.656/98. Sustenta que é lícita a limitação de cobertura local, afora a UNIMED BH apresentar vários hospitais credenciados que poderiam oferecer ao agravado o tratamento necessário. Aponta a inexistência de urgência ou emergência a justificar o atendimento fora da rede credenciada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 884 do CC, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 8º e 35 da Lei 9.656/98 e 54, §4º do CDC, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Da existência de fundamento não impugnado

Ainda que superado o óbice do prequestionamento, o agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/SP de que as unidades da UNIMED integram o mesmo grupo econômico, respondendo pela mesma carteira de credenciados pela teoria da aparência, de modo que tendo o Hospital Sírio Libanês cobertura da CENTRAL NACIONAL UNIMED, o conveniado da UNIMED BH terá direito de usufruir de sua rede credenciada. Assim, deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente para R\$ 550,00.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora